

Marginais atacam creche para roubar até comida

Com um ano de existência, a creche municipal do Jardim Guarani enfrenta uma difícil situação: a falta de segurança dos funcionários, das mães e das 118 crianças, em consequência de constantes ataques de marginais. No início, eram assaltos à noite, para roubar mantimentos, em seguida depredações, e, agora, mesmo durante o dia, os marginais atacam: na segunda-feira (dia do aniversário da creche) pularam a grade da escola ameaçando as funcionárias e crianças no pátio e, quando elas correram, assustadas, deram um tiro que, felizmente, atingiu apenas a porta.

"Não sabemos o que eles queriam desta vez, talvez o carro da diretora", disse uma funcionária. "Nos mandaram ficar quietas e, quando corremos, atiraram, para acertar alguém." Por causa do incidente, várias crianças não foram ontem à creche.

Localizada no alto de um morro, em uma rua sem asfalto, a creche funciona de segunda a sexta-feira, das 7 às 19 horas, sendo insuficiente para atender a todas as crianças da região. "Temos de seleccionar as crianças — disse uma funcionária — e, através de visitas, verificamos as condições de habitação e higiene das famílias, para aceitarmos as mais carentes."

No entanto, a crescente onda de assaltos à creche vem prejudicando o trabalho das funcionárias e assustando as crianças. "Se não nos derem condi-

ções mínimas de segurança para trabalhar, vamos pedir para fechar a creche mais cedo, embora isto prejudique o horário de trabalho das mães", disseram as funcionárias. O ponto de ônibus mais próximo fica a quase um quilômetro, que as mães e funcionárias atravessam no escuro, pelo meio de terrenos baldios, em uma zona totalmente desprotegida. "São frequentes as vezes em que esperamos algumas mães atrasadas até as 20 horas — lembraram as funcionárias — e, em outros casos, chegamos a levar as crianças até suas casas."

Ontem, depois de passado o susto de segunda-feira, o movimento era normal na creche: as crianças, de zero a sete anos, brincaram, fizeram suas refeições nas mesas e cadelinhas de fórmica e dormiram depois do almoço. As menores brincavam em quadrados e, no berçário, alguns bebês, de até sete meses dormiam. A construção é simples, de paredes de blocos de concreto, caiadas de branco, com desenhos coloridos. Alheias ao constante perigo, as crianças se divertiram com a chegada de policiais ao local, para examinar o tiro e relacioná-lo a um assalto com morte na segunda-feira, a dois quarteirões dali. Três bandidos, depois de assaltar uma loja de móveis, possivelmente pensaram em roubar um carro na creche e, como não conseguiram, deram o tiro e foram procurar outro carro nas proximidades.

Criticado o plano de Salim Curiati para *FS SP 22/1/83* privatizar as creches.

Sete meses após ter assumido a Prefeitura, Salim Curiati resolveu alterar radicalmente a política administrativa no aspecto apresentado como o saldo mais positivo da gestão do seu antecessor, Reynaldo de Barros — as creches municipais. Tendo baseado sua campanha ao governo do Estado na construção de 311 creches, o ex-prefeito vem há um mês sendo contestado pelo seu sucessor, que resolveu privatizar ao máximo esses estabelecimentos, sob a alegação de permitir participação mais ampla da comunidade na solução dos seus problemas.

Com o novo esquema, a Prefeitura entrega as instalações e equipamentos das creches a entidades locais para que assumam "voluntariamente" sua administração, e por meio de um convênio que estabelece responsabilidades duplas, paga às instituições uma mensalidade de Cr\$ 11.255,00 por criança assistida. "Com isso", diz o secretário da Família e Bem-Estar Social, coronel José Ávila da Rocha, executor da nova política, "estamos implantando uma filosofia de promoção social de fato, e não de assistencialismo, entregando tudo de mão beijada".

Mas a experiência, que já atingiu 22 creches, começa a ser criticada por entidades sociais como o Movimento de Luta por Creches, e até mesmo por técnicos da própria Secretaria do Bem-Estar Social, que veem na iniciativa uma maneira de o poder público se omitir de suas responsabilidades.

Essas pessoas afirmam que a determinação do prefeito Salim Curiati em execução pela Fabes anula toda a reestruturação processada na antiga Cobes — Coordenadoria do Bem-Estar Social, que deu origem à atual secretaria. "Em 1979, pressionado pela comunidade, o ex-prefeito aprovou a elaboração de um documento chamado 'Política e Diretrizes da Cobes', que resultou na ampliação do número de creches, sob o conceito de que este era um serviço e não um favor que a administração prestava à população. Logo que o coronel Ávila assumiu a secretaria passou a classificar essa linha de trabalho de paternalista, e há um mês declarou que passaria a entregar as creches à comunidade."

A ponderação das pessoas que criticam a nova política é de que a medida representa um retrocesso em relação a uma conquista da comunidade. E ressaltam: Além disso, a população não pode cobrar qualidade de um serviço feito por uma obra assistencial. Estas fazem caridade, enquanto o poder público pode ser vigiado e cobrado sempre que se afasta das suas atribuições".

POLÍTICA DO PT

Mas o coronel Ávila não dá importância a essas críticas. Para ele, "os descontentes são pessoas ligadas ao PT, que entendem que o governo tem de ser paternalista". O secretário afirma que as creches diretas — administradas pela Prefeitura — facilitam o trabalho político junto à população, sendo esta a razão da resistência de determinados

grupos à privatização. "Prova disso, diz o coronel, é que muitas pessoas se elegeram graças a esses movimentos, como Irene Cardoso e Luiza Erundina de Souza, ambas do PT. E conseguiram votos nas reuniões semanais com as mães, onde somente 10% do tempo era destinado a questões pedagógicas e do interesse das crianças: o mais era só política."

O secretário admite que muitos dos técnicos da Fabes também são contrários à nova orientação dada às creches municipais, mas afirma: "A maioria dos assistentes sociais daqui tem afinidade com esse partido. Se formos ver o título eleitoral de cada um, concluiremos que todos são PT".

O coronel e seus assessores vêem um outro motivo para a resistência e críticas à medida, o emprego. "Se analisarmos, enquanto uma creche direta é mantida com 46 funcionários, uma indireta ou particular não precisa de mais de 20 pessoas para geri-la — e muitos são voluntários. Com os funcionários temos despesas de salários, férias, 13º, expediente de quatro horas de trabalho."

O secretário não aceita a preocupação com a qualidade do atendimento prestado pelas creches conveniadas e indiretas, manifestada pelos que criticam a nova política de creches. "A

diferença entre uma e outra é a sofisticação. As creches municipais são muito mais luxuosas, têm funcionários em excesso. As outras são mais modestas, mas o tratamento dado à criança é o mesmo. Além disso, nos convênios que assinamos existem responsabilidades mútuas, que são fiscalizadas."

Mas, para técnicos da Fabes, essa vigilância não é segura. "Como separar os Cr\$ 11 mil da secretaria do restante. O atendimento acaba sendo produto de um conjunto de recursos, afirmam."

Segundo o coronel Ávila, a filosofia de Salim Curiati em relação à promoção social é desenvolver uma política normativa e de distribuição de auxílios e subvenções, mas sempre procurando o engajamento da comunidade. Mas a nova proposta, segundo ele, não invalida as creches diretas. "Há locais onde a comunidade não tem nada a oferecer, dada sua carência. Então o papel do Estado tem que ser integral. Mas o que não se justifica é a instalação de uma superestrutura em regiões extremamente carentes. Elas agredem, provocam um verdadeiro choque cultural ao criar uma situação ureal nessas áreas carentes. Ao passo que as creches comunitárias são mais modestas."

Além da rede de creches diretas, a Prefeitura mantém, no momento, 22 indiretas e 147 conveniadas. Ao apontar esses números, o coronel rebate a acusação de que o poder público está pretendendo transferir responsabilidades. "Como estamos tirando o corpo fora, se damos as instalações e pagamos subvenção?" E volta a criticar seus críticos: "Esses movimentos só fazem exigências descabidas. Até hoje eles não pediram uma única creche para administrar".

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGASDepto. de Pesquisas Educacionais
BibliotecaJornal: *Boa Noite*Data: *29/11/53*Pág. *1*

Pasta n.º

N.º do recorte

ITAPETININGA - A Prefeitura de Itapetininga informa que uma nova creche iniciará atividades no próximo ano. Ela fica no Jardim Mesquita, zona periférica e carente, na rua Isau Isaac, 123 e destina-se a crianças de três meses a seis anos. As inscrições abriram ontem, no Departamento Municipal de Educação e Cultura, na praça 9 de Julho, 518, das 8 às 11 e das 13 às 17 horas. *1/SP 22/11/53*

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGASDepto. de Pesquisas Educacionais
BibliotecaJornal: *Folha de São Paulo*
Data: *22/11/83*
Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

UBATUBA - A Prefeitura de Ubatuba transferiu a creche municipal do Jardim Nova Ubatuba para o bairro Umuarama. Segundo a Prefeitura, "as antigas instalações estavam em péssimas condições, não permitindo um trabalho adequado". A nova creche ampliou o número de vagas de 30 para 50 crianças, de seis meses aos sete anos incompletos, sendo que o berçário está agora com capacidade para 20 recém-nascidos. F/SP 22/11/83

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: ESPÍRITO SANTO
Data: 25/11/83
Pág. —

Pasta n.º
N.º do recorte.....

F/SP
DESCALVADO - A creche Sonho Infantil, mantida pela Unidos, está solicitando colaborações para poder continuar assistindo as 115 crianças carentes matriculadas. Para ser sócio e contribuir com a creche a entidade cobra mensalidade de Cr\$ 1 mil. 25/11/83.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Folha de São Paulo*Data: *03/12/83*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

CEI de creches ouve população

Beato do d'ado, P.
As diferentes concepções sobre o modo de funcionamento das creches municipais ficaram patentes, ontem, na última sessão deste ano da Comissão Especial de Inquérito da Câmara dos Vereadores que analisa o problema. Com microfones abertos à intervenções da população, mães, representantes de organizações populares, defensores de creches diretas e membros do Movimento de Creches falaram sobre o assunto.

3/12/83
Muitos oradores limitaram-se a relatar problemas nas creches de seus bairros e revelar experiências comunitárias no trato com crianças de até 6 anos. Mas houve quem acusasse as creches conveniadas de "tratar as crianças como mercadorias e exigir dinheiro das mães", como fez Vicentina Saraiva Pessoa, do Movimento de Luta por Creches Diretas. Não soube nominar, no entanto, instituições onde ocorram tais fatos.

Assessores da Secretaria da Promoção Social de Osasco estiveram presentes para mostrar aos vereadores o esquema de funcionamento de creches naquela cidade. Yara Prado disse que o custo per capita por criança naquele município atinge cerca de Cr\$ 28 mil. Em São Paulo, segundo dados da Fabes, (Secretaria da Família e Bem-Estar Social) o custo está em torno de Cr\$ 42 mil.

O vereador Walter Feldman (PMDB), presidente da CEI, afirmou, por sua vez, que "o atendimento ao menor é extremamente precário" e explicou que os vereadores têm feito visitas às creches com problemas e ouvido os responsáveis, "mas ainda precisaremos de mais tempo para analisar o problema das instalações e equipamentos, deficiências na alimentação, escassez de funcionários e alto custo per capita".

Invasores levam até geladeira da creche

Parque do Povo, SP, 23/12/83
A creche "Antônio Assunção Ferreira", na rua Antônio Pavão, 39, Parque Boa Esperança, em São Mateus, na zona Leste, foi invadida e saqueada na madrugada de ontem. Os ladrões, aparentemente, usaram um caminhão para levar uma geladeira "Brastemp" recentemente doada à creche pela Prefeitura, e todos os mantimentos, além de roupas de criança, louças, produtos de limpeza e até medicamentos.

Os prejuízos são calculados em torno de Cr\$ 1,7 milhões, conforme queixa apresentada ao 49º Distrito Policial (São Mateus) por um representante da diretoria da creche, Hans Jurgen Vilimek. A creche assiste, gratuitamente, a 80 crianças do bairro, filhos de desempregados, viúvas ou mães solteiras com renda máxima de 2 salários mínimos, funciona num prédio da Prefeitura mas é dirigida por particulares.

Para um investigador do 49º DP, esse é mais um furto "rotineiro" de mantimentos na região. Para as mães das crianças matriculadas na creche — a maioria delas teve que faltar ao trabalho, ontem, para cuidar dos filhos — e para as funcionárias do estabelecimento, é o resultado do despolicamento da região. O próprio delegado do 49º DP, Nórico Veronessi, admitiu que "é preciso mais policiamento" no bairro.

Arrombamentos

Os ladrões invadiram a creche pelos fundos — aproveitando uma elevação num terreno baldio ao lado, para saltar um muro — e arrombaram a porta de um berçário. No interior do prédio arrombaram outras 6 portas e retiraram tudo o que podiam carregar da cozinha, lavanderia, enfermaria, despensa e secretaria. Ao fugirem, deixa-

ram, no quintal, uma enceradeira, uma máquina de escrever, um saco com roupas, outro com verduras e uma pequena caixa de requeijão.

A invasão foi descoberta às 7 horas pelas funcionárias que chegavam ao trabalho e a Polícia foi avisada pouco depois. Dois policiais do 49º DP compareceram ao local e limitaram-se a andar pelas dependências invadidas, onde restavam, no chão, pedaços de louças, papéis e outros objetos abandonados pelos ladrões, e as marcas de seus pés descalços e sujos de barro, como disse a diretoria da creche, Carlina Vilimek. Os policiais — segundo a diretoria — nem mesmo ceram importância às três sandálias de borracha que os invasores esqueceram junto ao muro.

Embora a creche esteja cercada por residências, nenhum morador tentou ou pôde impedir o saque. "Eram 2h30", lembrou Maria das Graças Della Colletta, residente na rua Antônio Pavão, 141, no outro lado da rua, nos fundos da creche. "A vizinha acendeu a luz e eu acordei. Vim para a porta e notei três homens caminhando ao lado da creche. Entrei em casa, pois fiquei com medo". A invasão da creche por ladrões não surpreendeu a diretoria do estabelecimento porque, recentemente, ladrões entraram na creche de Jardim Helena, um bairro próximo, e os ladrões deixaram um bilhete para a polícia afirmando que iriam voltar e "assaltar todas as creches da região". Assustada, a psicóloga da creche invadida ontem, Ana Maria Vilimek, telefonou ao 49º DP pedindo uma ronda policial. Um policial responde-lhe que seria preciso, antes, "registro da queixa". A psicóloga cessou: "Como posso fazer queixa de algo que ainda não ocorreu?"

Entidades sem verba vão a Palácio

Há mais de três meses sem receber verbas para assistência a oito mil crianças carentes, 102 entidades conveniadas com a Fundação Estadual de Educação do Menor realizaram ontem um protesto em frente ao Palácio Guanabara, exigindo uma solução para o problema e prometendo concentrar à porta da Feem, no dia 30 de dezembro, todos os menores órfãos e abandonados, caso o Governo não salde seu compromisso.

Mais de 500 crianças e uma comissão de representantes das entidades de assistência permaneceram durante seis horas em frente à sede do Governo, na firme disposição de conseguir falar com o Governador Leonel Brizola, que estava fora, recepcionando o Primeiro-Ministro de Portugal. As 19h, o Secretário de Promoção Social, José Gouveia Filho, foi ao Palácio e garantiu que os pagamentos de convênio relativos aos meses de setembro e outubro haviam sido depositados ontem. Novembro e dezembro serão pagos com atraso, mas o Secretário prometeu seu empenho pessoal na resolução do problema.

"CONDIÇÃO MORIBUNDA"

No documento entregue ao Secretário de Promoção Social, os dirigentes de internatos e escolas conveniadas à Feem quiseram chamar a atenção do Governador "para a verdadeira condição moribunda da rede de entidades que assistem a criança carente". Segundo eles, enquanto o custo mensal estimado para cada menor interno em estabelecimentos próprios da Feem é de Cr\$ 80 mil, as crianças assistidas por convênio recebem apenas Cr\$ 8.500 mensais para sua manutenção.

Ranço de dados, SP. 9/12/83
— Isto é um absurdo. A estimativa de Cr\$ 8.500 por criança foi feita em 1982, e este ano com uma inflação de mais de 200 por cento, a verba é a mesma. Nossa situação é caótica, porque temos ainda que pagar o reajuste dos funcionários, que em maio foi de mais de 50 por cento, e em novembro, de 64 por cento. O resultado é que todas as entidades estão com os salários de professores, médicos, inspetores e outros empregados atrasados, em vários casos há mais de três meses — disse o Diretor do Internato São Pedro, Celso Carvalho.

O Internato São Pedro atende, em Jacarepaguá, a 250 meninas de 7 a 18 anos, e, segundo o Diretor, não está mais sendo possível prestar a assistência.

— Não há mais dinheiro para comprar remédios, roupas e para pagar os funcionários, e há um mês começaram as dificuldades também com a alimentação, já que a Cobal, responsável pela entrega semanal dos mantimentos, vem atrasando e passa até duas semanas sem levar a comida, que, além de vir racionada, chega também com gêneros perecíveis estragados — disse ele.

Os atrasos no pagamento do convênio vêm ocorrendo há nove meses, segundo Celso de Carvalho. Ele disse que ontem foi a "oitava vez, desde maio", que os dirigentes das entidades tentaram obter uma solução para o problema.

— Nós já falamos com a então Secretária de Promoção Social, Edileida Nascimento, com o Secretário de Governo, Cibelis Vianna, com o Assessor Parlamentar do Governador, José Casali Filho, e com o atual Secretário, José Gouveia Filho. Ninguém resolve nada, e o Governador,

cuja bandeira de campanha eram os menores abandonados, nunca nos recebeu. Se não pudermos assistir e alimentar essas crianças, será melhor colocá-las à porta da Feem — disse Wellington Madureira da Silva, Diretor da Casa do Garoto, que em São Gonçalo atende a 115 meninos entre 4 e 14 anos.

Muito nervosa, Maria de Lourdes Araújo, Diretora do Educandário Santa Maria, responsável pelo atendimento de 215 crianças de até 12 anos, disse que, "além dos salários atrasados de 29 funcionários, das contas de luz e gás, pagas sempre com multas, está difícil também alimentar as crianças, pois há um mês a Cobal só entrega o suficiente para uma refeição diária de cada menor, em vez de duas".

"BARRIGA VAZIA"

As crianças e os representantes de entidades chegaram à sede do Governo às 14h, e só saíram às 20h, depois de atendidos pelo Secretário José Gouveia, já que não aceitaram a sugestão do Assessor José Casali Filho de ir até a Secretaria de Fazenda falar com o Secretário César Maia. Enquanto esperavam, meninos e meninas, alimentados com alguns biscoitos e um refresco servido na cantina do Palácio, corriam pelos jardins ou cantavam em coro uma paródia da música "Fusão Preto":

— Dinheiro preto, há quanto tempo não te vejo/De agosto a dezembro, quando é que vão pagar?/Que agonia, minha barriga está vazia/E o pão de cada dia, já não posso mais comprar.

Depois de reunir-se por meia hora com a comissão de manifestantes, o Secretário José Gouveia Filho disse que "a situação já está sendo regularizada".

Creches diretas e conveniadas

Creche direta ou conveniada? Este debate já vem sendo travado desde o início do ano quando a Secretaria Municipal de Família e Bem Estar Social anunciou que não haveria condições financeiras do poder público municipal assumir o funcionamento das 68 creches diretas já construídas. A Fabes propunha, na ocasião, que essas creches fossem conveniadas com entidades: a Prefeitura fornecia um per capita, o prédio e o equipamento, e uma entidade seria responsável pelo funcionamento.

Constituiu-se, na Câmara dos Vereadores, uma Comissão Especial de Inquérito, para esmiuçar melhor o assunto, que acabou sendo alvo de intensos e apaixonados debates.

De um lado, o Movimento de Luta por Creches, que existe desde 1979, e cuja principal bandeira é a creche direta, mantida pelo Estado, para crianças de 0 a 6 anos. De outro, os partidários dos convênios como forma de não deixar ociosas as instalações construídas, tentando ampliar o atendimento à população, diante da falta de verbas municipais. O Movimento de Luta por Creches entende que a atitude da Prefeitura contraria a plataforma do próprio governo peemedebista, seus compromissos com a população e, é uma tentativa de se livrar da responsabilidade pelo menor. Partidários do movimento de creches conveniadas e outras entidades, argumentam com o fato de que o Estado assume a responsabilidade pelo menor numa ocasião em que a família de baixa renda, pelas condições econômicas precárias, não tem condições para isso; criticam a massificação da educação e o caráter do Estado brasileiro que entendem



ser eminentemente paternalista e assistencialista.

Em julho, a Fabes nomeou comissões encarregadas de estudar o problema em vários níveis, principalmente sobre o "per capita", o custo de cada criança na creche, que o Movimento de Luta por Creches provou que poderia ser diminuído, se houvesse um remanejamento total da estrutura administrativa, da política de fornecimento e de outras questões relativas à Fabes.

A CEI sobre as Creches, na Câmara, prosseguiu com seus debates, e, na sexta-feira, dia 2 de dezembro, reuniu-se pela sétima vez. Houve uma colocação de Regina Paim, da Fundação Carlos Chagas, sobre os dados de uma pesquisa realizada pela entidade sobre convênios. Dados esses que acabam por levar à conclusão de que a política de convênios precisa ser completamente reestruturada. Há vários órgãos que atuam na área, sem ligação entre si, com critérios para estabelecimento de convênios diferentes. As verbas demoram a sair e acabam sendo privilegiadas entidades com mais recursos ao passo que as mais pobres são relegadas.

Logo a seguir, o Movimento de Creches Conveniadas se manifestou, colocando o histórico do movimento e suas reivindicações. Depois, foi dada a palavra aos presentes. Inúmeras intervenções foram feitas, entre elas a do Movimento de Luta por Creches, a experiência das creches domiciliares da Fundação Tebaia, a proposta da Prefeitura de Osasco sobre diminuição do custo per capita (ali, a Secretaria de Bem Estar Social já tem como pressuposto o atendimento do menor de 0 a 6 anos, através de creches diretas, e conseguiu "racionalizar" os custos destas). Mães das regiões Leste, Norte e Sul denunciaram: a falta de creches, as enormes filas de espera que existem nas creches implantadas, a construção de má qualidade de muitas creches diretas, a existência de creches conveniadas a cujas diretrizes a população não tem acesso e creches diretas também nestas condições. Os debates foram acalorados e, terminaram polarizando-se nos posições já conhecidas.

Quer dizer: no fundo, todos concordam que é preciso ter mais creches, urgentemen-

te. Com a incorporação, cada vez maior, da mulher ao mercado de trabalho, creche deixa de ser benemerência, mas acaba sendo necessidade num primeiro momento, e direito adquirido, num segundo. Mas, no frigar dos ovos, no encaminhamento dos debates, acaba se deixando de lado a criança — o objetivo primeiro de todas aquelas pessoas preocupadas com as creches — em função das divergências. A necessidade da população, no entanto, não espera, e não é possível protelar o problema. A CEI deve ser um espaço para o diálogo aberto, franco e construtivo das dificuldades e dos diferentes posicionamentos em relação ao problema, em função do atendimento o mais urgente possível da criança de 0 a 6 anos. Muitas vezes, os debates acabam pecando pela paixão. Mas, na medida em que se dialoga franca e abertamente, sobre coisas concretas, com ânimos desarmados, reconhecendo possibilidades e limitações, é aí sim que se consegue romper com o imobilismo, e buscar urgentes soluções para problemas igualmente urgentes. (Antonio Aparecido Pereira e João Azevedo)

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal:

Data:

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Creche, um problema na Sé

O administrador regional da Sé, Welson Barbosa, passou a tarde de ontem verificando e ouvindo os problemas enfrentados pelos moradores da Bela Vista, mas a maioria, deles, não é de responsabilidade direta da Regional da Sé, como a construção de creches.

Na Igreja da Achiropita funciona uma creche em condições precárias. "Quando chove, as crianças não podem se alimentar, pois o refeitório fica distante do prédio, que tem muita infiltração de água. Além disso, a estrutura da creche está abalada", denunciou Ilma de Souza, presidente do Clube de Mães da Bela Vista.

Por isso, as mães das 200 crianças que ocupam a creche estão fazendo um movimento para que o prédio feche, seja demolido e construído outro no local, segundo Maria da Glória Silva, que deixa seu filho de cinco anos na creche. Segundo ela,

este movimento, no entanto, não está apresentando bons resultados, porque um outro grupo de mães, "que não pertence ao bairro", quer que a creche continue funcionando. Este último movimento é apoiado pela deputada Ruth Escobar, que deverá procurar o cardeal-arcebispo de São Paulo e até "acampar com as crianças em frente à Catedral", caso a creche seja fechada.

Os moradores da Bela Vista, que ontem se reuniram com Welson Barbosa no teatro Ruth Escobar, reclamaram ainda da falta de higiene nas casas alugadas onde moram, principalmente as das ruas Assembléia e Jandala, que reúnem o elevado número de cortiços do bairro. Eles pediram que a prefeitura faça uma desratização, que somente será realizada "mediante um documento por escrito, já que a responsabilidade de colocar veneno nas casas é muito grande", disse o administrador.

EST SP 19/12/83

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Folha São Paulo*Data: *20/12/83*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

FISP. 201.2/83
Creches no Nordeste

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Sudene assinaram protocolo de ação conjunta para a implantação de uma rede de creches comunitárias nas regiões assoladas pela seca no Nordeste, o que beneficiará cerca de 230 mil crianças de dois a seis anos de idade.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal:

Data:

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Convênios de Cr\$ 8,9 bilhões para creches

Cerca de 18 mil crianças de 196 creches da Capital paulista serão beneficiadas com recursos de Cr\$ 8,9 bilhões, de acordo com os 332 convênios que o prefeito Mário Covas assinou ontem com 227 entidades sociais. Os convênios que asseguram a assistência a essas creches entrarão em vigor no primeiro dia do ano. A programação da Prefeitura para a assistência à infância prevê ainda a assinatura de mais 194 convênios.

Além dos recursos destinados às creches, serão concedidas verbas para entidades que executarão outros programas da Secretaria da Família e Bem-Estar Social, para os quais já estão previstos mais de Cr\$ 5 bilhões, sendo Cr\$ 974 milhões para o APPS — Abastecimento a Populações com Problemas de Subsistência. Para um desses programas, o Nufort — Núcleo de Formação e Organização para o Trabalho —, os valores vão variar de acordo com os cursos profissionalizantes que serão organizados.

Em relação às creches, o prefeito reajustou o pagamento por criança, passando de 1 valor de referência para 1,5, ou Cr\$ 42.442,00 mensais.